

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.541 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2002

Maldaner quer submeter aos senadores o acordo com o FMI



Maldaner reconhece a necessidade de recursos externos, mas alerta: "Não se pode comprometer o futuro do país"

O Senado tem "o direito e o dever" de examinar as cláusulas do acordo que o governo brasileiro pretende assinar com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A opinião é do senador Casildo Maldaner, para quem essa discussão pode se dar ainda em agosto, pois os senadores precisam ser informados sobre o custo do acordo para o país.

PÁGINA 4

Projeto autoriza clonagem com objetivos terapêuticos

Ao mesmo tempo em que proíbe manipulação de células humanas para fins reprodutivos, proposta permite experimentação para tratamento de doenças

PÁGINA 3



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai examinar projeto que regulamenta uso de técnicas de engenharia genética

Tebet destaca proposta que pune com rigor a pedofilia

Autor do projeto que define como crimes hediondos os delitos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, Ramez Tebet aponta a relevância da aprovação dessa proposta pelo Senado para reduzir a violência.

PÁGINA 3

Senado republica os primeiros quadrinhos

Você já ouviu falar das *Aventuras de Nhô-Quim e de Zé Caipora*? Obra lançada pelo Senado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais traz de volta esses personagens criados pelo jornalista ítalo-brasileiro Angelo Agostini, na segunda metade do século 19. Considerado o fundador do gênero no Brasil, Agostini retratou os costumes da época.



Raridades podem ser encontradas na Biblioteca do Senado

Biblioteca reúne mais de 4 mil obras raras

PÁGINA 2

Tião Viana defende maior controle sobre medicamentos

PÁGINA 3

DIÁLOGO ENTRE FHC E CANDIDATOS PODE AJUDAR O PAÍS, DIZ ALCÂNTARA

O senador Lúcio Alcântara acredita que a iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso de se encontrar com os principais candidatos ao Palácio do Planalto pode contribuir para amenizar as turbulências na área econômica. Alcântara disse esperar "uma conversa sincera em prol do interesse do país".



Para Lúcio Alcântara, "é necessário embargar as divergências políticas no interesse da nação e do povo"

PÁGINA 4

Editora do Senado traz de volta os primeiros quadrinhos brasileiros

Livro apresenta personagens criados por Angelo Agostini, jornalista popular do século 19 que usava sua arte para criticar o Império e defender a abolição da escravatura

Os leitores vão poder conhecer um pouco mais da história do país através dos quadrinhos. Livro editado pelo Conselho Editorial do Senado, lançado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais, traz de volta *As Aventuras de Nhô-Quim e de Zé Caipora*, personagens criados pelo jornalista ítalo-brasileiro Angelo Agostini, na segunda metade do século 19.



Agostini é considerado o fundador do gênero no Brasil. Com seus quadrinhos, ele retratou os costumes da época, criticou o poder imperial e defendeu a abolição da escravatura no país. Hoje, Agostini empresta seu nome ao mais importante prêmio dos quadrinhos nacionais, concedido pela Associação de Quadrinhistas e

Caricaturistas de São Paulo.

Reconhecer o trabalho pioneiro de Agostini entre os mais importantes quadrinhistas do mundo é um dos objetivos do organizador do livro, Athos Eichler Cardoso. Segundo o presidente do Conselho Editorial, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a partir de agora os personagens de Agostini poderão ser valorizados como merecem e comparados com, por exemplo, o *Menino Amarelo*, primeiro quadrinho americano da era moderna.

O livro *As Aventuras de Nhô-Quim e de Zé Caipora* traz imagens dos quadrinhos digitalizadas diretamente dos originais das coleções das revistas *Vida Fluminense*, *O Malho* e *Dom Quixote*. Para facilitar a leitura, o texto foi redigitado, já que os manuscritos originais são de difícil compreensão. A ortografia e a gramática foram atualizadas, mas respeitando o estilo da época.

DESENHOS

Por conta do baixo número de alfabetizados naquela época, Agostini valeu-se da perícia de quem dispunha nos desenhos – que representavam movimentos de so-

brancelhas, caras e bocas de forma realista – para que o texto não fosse imprescindível na compreensão da história.

– As histórias em quadrinhos são componentes importantes da cultura popular. A presença de Angelo Agostini, o jornalista mais popular do século 19 pela sua combatividade em favor dos direitos humanos, já está consolidada na visão dos historiadores brasileiros – afirma Alcântara.

O estande do Senado aproveitou a passagem do cartunista mineiro Ziraldo pelo Salão do Livro para entregar-lhe uma cópia do livro com os quadrinhos de Angelo Agostini. O autor de *O Menino Maluquinho* parabenizou o Senado pela iniciativa de trazer de volta a publicação.



Alunos da escola municipal Imaco descobrem as publicações do Senado Federal

Deficientes auditivos visitam Salão do Livro

Dezoito alunos da escola municipal Imaco, que oferece cursos para deficientes auditivos, visitaram ontem o estande do Senado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais. Os estudantes, de 15 a 20 anos de idade, freqüentam a classe de educação para jovens e adultos e estiveram presentes ao evento acompanhados dos professores Júlia Maria de Oliveira e Valdir Pinto de Lima.

No estande, os alunos puderam ter acesso a legislações atualizadas e receberam a revistinha *Jovem Cidadão*, que introduz noções de cidadania.

– O estande está maravilhoso. Para mim foi surpresa encontrar um estande do Senado. É um espaço importante para a formação da cidadania – afirmou a professora Júlia.

Ela aproveitou para assinar o *Jornal do Senado* e sugeriu que a Casa edite o *Dicionário Brasileiro de Sinais*, fruto da lei que oficializou a Língua Brasileira de Sinais, aprovada pelo Senado em maio passado. Segundo ela, o dicionário, publicado em dois volumes, é muito caro e de difícil acesso aos que dele necessitam.

Biblioteca reúne acervo com mais de quatro mil obras raras

Em uma “sala-cofre” na Biblioteca do Senado Federal, cujas chaves apenas dois funcionários possuem, estão reunidas mais de quatro mil “obras raras”, assim classificadas segundo critérios internacionais que incluem a idade do documento, o valor histórico para a instituição ou o país e a preciosidade da autoria. Ali, pesquisadores e curiosos podem encontrar, por exemplo, nas 25 estantes eletrônicas, as primeiras edições de grandes nomes da literatura de língua portuguesa, como Machado de Assis, José de Alencar e Eça de Queiroz; discursos políticos de Rui Barbosa e a descrição da flora brasileira no século 19.



Livros e documentos históricos podem ser consultados na Biblioteca do Senado

A coleção, que se iniciou com a

criação da biblioteca, em 1826, reúne raridades doadas do acervo particular de dom Pedro II e de vários senadores e nobres da época. A última aquisição foi em 1997 – o acervo do ex-senador Luiz Viana Filho, já disponibilizado na página do Senado Federal na Internet.

A obra mais antiga da coleção data de 1633 – *Novus Orbis*, de

Joannes Laet, escrita em latim, retrata, em 690 páginas ilustradas a bico-de-pena, a chegada dos holandeses ao Brasil.

FLORA BRASILIENSIS

Outra preciosidade, esta do acervo particular de dom Pedro II, é a *Flora Brasiliensis*, do botânico alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius, membro da comissão científica austríaca que realizou, durante dois anos e nove meses, uma viagem pelo interior do Brasil, de São Paulo ao Amazonas. A publicação da obra teve início em 1840, sendo concluída somente em 1906. Em 15 volumes, estão classificadas 850 famílias e mais de oito mil espécies da flora brasileira. É considerada pelos biólogos a melhor e mais completa descrição sobre o assunto, conforme destaca a diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira.

Machado de Assis também é destaque nesta coleção. Do autor, a Biblioteca do Senado reúne obras raras como a primeira edição de seu primeiro livro – *Desencantos*, uma peça de teatro datada de 1861 e editada por Paula Brito; e edições de *Yaya Garcia e Helena*, de 1878, e de *Dom Casmurro*, de 1899. De José de Alencar há livros como *Guerra dos Mascates*, de 1871, sobre os problemas do Império, e *Os Partidos*, de 1866, em que o autor ressalta o estado de desânimo e de crise no país, marcado também pela falta de confiança da opinião pública nos partidos políticos da época.

Os interessados em conhecer pessoalmente as obras raras, como a primeira Constituição do país, de 1824, impressa pela *Typographia Nacional*, devem agendar a visita.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Clonagem pode ser permitida com objetivos medicinais

Conforme Sebastião Rocha, autor da proposta, a perspectiva é de que essa prática represente “uma verdadeira revolução em termos médicos”

Se a manipulação de células humanas para fins reprodutivos está longe de gerar consenso, a experimentação genética para fins terapêuticos pode estar em vias de ser legalizada. Emenda nesse sentido foi anexada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto de sua autoria, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que regulamenta técnicas de engenharia genética, proibindo a clonagem de embriões humanos.

Segundo Rocha, a emenda foi fruto das discussões travadas por representantes das áreas científica, jurídica, ética e religiosa no seminário “Clonagem Humana”, realizado pelo Senado em junho passado. O senador faz questão de deixar claro que a clonagem terapêutica não poderá utilizar células de embriões, empregando apenas células de adultos com as mesmas características das embrionárias, como as da placenta e de cordão umbilical.

Enquanto o uso da técnica de clonagem para fins reprodutivos tem sido alvo de “repúdio quase universal”, Sebastião Rocha obser-

Sebastião Rocha: clonagem terapêutica não poderá utilizar células de embriões



Roosevelt Pinheiro

va, na justificativa do projeto, que o uso dessas experimentações com vistas à investigação, ao diagnóstico e ao tratamento de doenças “não tem sido combatido com a mesma intensidade”. Isso acontecerá, acrescenta, “pelo reconhecimento de que essa tecnologia pode representar uma verdadeira revolução em termos médicos e de saúde pública”.

Entre as potencialidades da clonagem terapêutica, o senador pedetista destaca o controle sobre o processo de envelhecimento, a reversão de problemas cardíacos, a reposição de tecidos e órgãos dani-

ficados por causas diversas, como queimaduras, lesões nervosas e cerebrais. Também aponta perspectiva de sucesso na área de transplante e no tratamento da leucemia.

Na CCJ, a matéria está sendo relatada pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que também vai apreciar mais duas emendas, de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), ao projeto sobre clonagem. Após as eleições de outubro, Sebastião Rocha pretende estabelecer novo debate sobre o assunto, com a promoção de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tião Viana propõe controle mais rígido sobre venda de medicamentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deve exercer maior controle sobre a concessão de registro e licença de comercialização e prescrição de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e cosméticos no país. É o que prevê projeto do senador Tião Viana (PT-AC), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e enviado à Câmara dos Deputados.

De acordo com substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP), elaborado durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e adotado pela CAS, a Anvisa deve manter acompanhamento permanente sobre produtos do gênero que, em qualquer país, tenham sido rejeitados ou retirados do mercado, tido seu uso restringido ou sofrido mudanças quanto a informações e advertências exigidas em

bula, rótulo ou materiais publicitários. Esse controle será feito a partir das ocorrências internacionais registradas em publicações do Programa de Segurança de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde.

De posse dessas informações, a agência terá o dever de elaborar “parecer circunstanciado” fundamentando sua decisão de conceder, manter, alterar ou suspender o registro ou licença de comercialização e prescrição dos produtos no mercado interno. Além de ser publicado na imprensa oficial e em, pelo menos, um jornal de grande circulação nacional, o parecer deve ser remetido para exame do Congresso Nacional.

Tanto Romeu Tuma quanto a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), relatora do projeto na CAS, reconheceram o mérito da iniciativa de aprimorar a fiscaliza-



José Cruz

Projeto de Tião Viana, já aprovado no Senado, está na Câmara dos Deputados

ção sobre os medicamentos e, assim, proteger a população. “Com sua profunda consciência médica e social, o autor da proposição visualizou um mecanismo que pode efetivamente aprimorar a vigilância sanitária desses produtos”, afirmou Tuma.

Tebet destaca aprovação de projeto contra pedofilia

Entre os projetos aprovados neste ano pelo Senado para reduzir a violência no país, o presidente da Casa, Ramez Tebet, destaca o que trata com maior rigor o crime de pedofilia. Autor do projeto que define como crimes hediondos os delitos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, ele considera relevante aumentar as penas para esses crimes, hoje genericamente capitulados no Código Penal.

Ramez Tebet reconhece que os autores de abuso sexual contra crianças não estão impunes no atual Código Penal, mas observa que “estão na vala comum dos que praticam crimes contra os costumes, sem um agravamento da pena”. Votada no Senado, a proposta de Tebet aguarda decisão na Câmara, onde ele acredita que também será aprovada.

O senador ainda aponta como relevantes, entre os projetos aprovados pelo Senado contra a violência, as normas concernentes ao seqüestro-relâmpago e aos crimes que surgiram em razão do progresso tecnológico e científico que o mundo atravessa.

— Urge que a legislação seja



Genildo Magela

Para Ramez Tebet, legislação deve ser atualizada, e o Senado está agindo nesse sentido

atualizada. E essa é outra contribuição do Senado no combate à violência — disse Tebet.

O presidente do Senado também destacou a recomendação do Legislativo a respeito de presídios federais. Em sua opinião, não é mais possível que criminosos de alta periculosidade fiquem em presídios comuns, construídos muitas vezes no perímetro urbano.

— Ninguém mais quer presídio dentro da cidade — frisou o senador, acrescentando que o Brasil tem uma vasta extensão territorial e defendendo a construção de presídios de segurança máxima fora do perímetro urbano.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800-61-2211 — e autorizando a publicação.

Joarivan Pinheiro (Rio de Janeiro-RJ)

A censura deve existir nos programas destinados aos espectadores muito jovens e estar dirigida contra a brutalidade e a lascívia excessiva, considerando que podem ser prejudiciais à saúde mental das novas gerações. A sociedade já está violenta e acaba assistindo só violência.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) responde: Eu estou de acordo com o Joarivan. A exibição da violência, com todos os requintes e frequência com que aparece no nosso vídeo, é, sim, uma forma de incitação à violência por parte dos jovens e adolescentes. Eu também acho que deve ser feita alguma ação para inibir esse tipo de apresentação. O problema todo é que nós não podemos cair na chamada censura prévia, porque a censura é algo que acaba causando um mal maior do que aquele que ela pretende corrigir. Uma saída pode estar na atuação do Conselho de Comunicação Social, órgão que reúne representantes da sociedade civil e que vai assessorar os poderes públicos acerca do tema. O conselho fiscalizará a programação, a concessão de rádio e televisão e os abusos cometidos. Estou colocando muitas expectativas nas sugestões e mesmo na atuação preventiva do Conselho de Comunicação Social, para reduzirmos ou eliminarmos completamente a apresentação dessa violência, que é extremamente prejudicial.

Fogaça prega esforços para salvar Mercosul

O senador José Fogaça (PPS-RS) teme uma degradação de todos os avanços de integração já conseguidos no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), caso não haja um esforço de harmonização econômica dentro do bloco. Ele defendeu a prática, pelos países-membros, de taxas semelhantes para os juros e a inflação, além de índices não discrepantes entre si para a dívida pública, os déficits orçamentários e o câmbio. Para o parlamentar, é muito grave o atual momento do Mercosul. Fogaça vê riscos até mesmo à sobrevivência do bloco econômico. O representante gaúcho considera que pode ser em vão todo o esforço que vem sendo feito pela indústria brasileira para se modernizar, ganhar competitividade, melhorar a qualidade do produto e reduzir preços. Ele enfatizou que esse esforço deve ter prioridade dos governos do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e dos associados Chile e Bolívia, principalmente porque se aproxima a data prevista para a implantação do Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), que integrará a América Latina, Caribe, Canadá e Estados Unidos. O parlamentar lembrou ainda que a tão desejada integração com a União Européia pode ser acelerada com a consolidação do Mercosul.



Fogaça: fortalecimento do Mercosul contribui também para integração com União Européia

Maldaner: acordo com FMI tem de passar pelo Senado

Ele afirma que os senadores precisam ser informados sobre o custo que essa nova ajuda financeira representa para o Brasil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem, durante entrevista, que o Senado Federal tem o direito e o dever de examinar as cláusulas do acordo que deverá ser assinado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele acredita que essa discussão possa se dar ainda em agosto, quando ocorrerem sessões deliberativas da Casa.

Embora reconheça a necessidade de o país conseguir novos recursos externos, o parlamentar observou que os senadores precisam ser informados sobre o custo que o acordo deverá representar para



Casildo Maldaner entende que senadores poderão examinar o ajuste com o Fundo ainda este mês

o Brasil.

– Não se pode comprometer o futuro do país e de sua popula-

ção – advertiu.

Casildo Maldaner considerou “muito positiva” a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de chamar os candidatos à Presidência da República para conversar no Palácio do Planalto sobre o acordo com o Fundo. As audiências podem começar nesta semana.

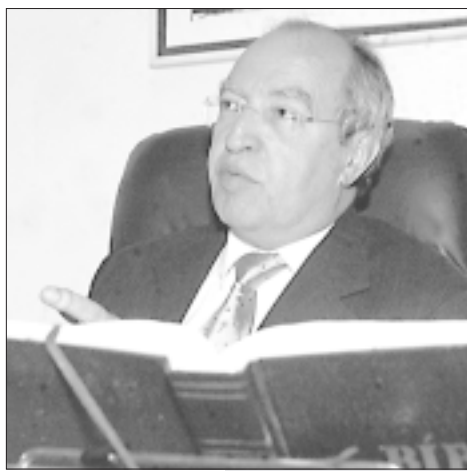
Ele ponderou que Fernando Henrique deve se manter acima de suas preferências partidárias, expondo os fatos aos candidatos como um magistrado, e não como um político que faz campanha por seu candidato.

Alcântara elogia diálogo com presidenciais

A iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso de se encontrar com os quatro principais candidatos à Presidência da República foi elogiada pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele destacou que, em meio a um momento de crise econômica e embate eleitoral, é importante que se estabeleça “uma conversa sincera entre o governo e os presidenciais em prol do interesse do país”.

No final da manhã de ontem, segundo noticiou a Agência Estado, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, já havia confirmado encontro com o presidente da República amanhã. Para Lúcio Alcântara, o fato de presidenciais opositoristas concordarem em reunir-se com Fernando Henrique não significa que irão ou deverão abrir mão de suas propostas de governo para o país.

– É necessário, no entanto, embargar as divergências de concepção política no interesse da nação e do povo – disse o senador. De acordo com nota divulgada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, o diálogo de Fernando Henrique com os presidenciais deve girar em



Genalio Magalhães

Decisão de Fernando Henrique pode amenizar turbulências na economia, afirma Lúcio Alcântara

torno dos rumos da economia brasileira, da negociação de empréstimos junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dos termos do acordo de US\$ 30 bilhões com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e do papel desse acordo no processo de transição para o próximo governo.

Para o senador, o aceno de Fernando Henrique aos presidenciais e a intenção do governo de retomar as linhas de crédito à exportação podem contribuir para amenizar as turbulências no cenário econômico brasileiro. Além de Lula, os candidatos José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB) foram convidados a conversar com o presidente da República.



José Cruz

Fernando Bezerra: juros elevados impedem investimentos e multiplicam a dívida

Fernando Bezerra cobra queda mais rápida nos juros

Em entrevista à Rádio Senado, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) disse que a única saída para o Brasil é reduzir ainda mais as taxas de juros e alongar o perfil da dívida pública, para que se garanta um crescimento econômico à altura das necessidades do país. O senador afirmou que o crescimento médio de 2% ao ano nos últimos dez anos tem gerado desemprego, perda de poder aquisitivo dos salários e cada vez mais dependência externa.

– Esses juros que se cobram no Brasil impedem os investimentos e multiplicam a dívida. Nenhum país do mundo pode ter como meta exclusiva o controle da inflação, e é isso que fazemos há anos – destacou Bezerra. Para ele, o objetivo de uma nação deve ser crescer, gerar mais renda e qualidade de vida para seu povo, com moradia, educação, saúde e consumo.

O senador acredita que é possível baixar os juros de forma mais acelerada e que o alongamento do perfil da dívida permitirá ao governo retomar a capacidade de investimento.

Senado nas eleições

Todo candidato a um cargo público precisa preencher algumas condições estabelecidas pela Constituição federal. O único requisito

que muda conforme o cargo é o da idade. O candidato à Presidência, à Vice-Presidência e ao Senado Federal precisa ter, no mínimo, 35 anos. Além disso, deve ter nacionalidade brasileira; estar em pleno exercício dos seus direitos políticos; ter sido alistado e ter domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos um ano antes do pleito, as-

Faltam 53 dias para as eleições

sim como ser filiado a um partido político pelo mesmo período.

O prazo para a inscrição da candidatura junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encerrou em julho. Mas a troca de candidato, pelo partido, pode ser feita em caso de morte, renúncia ou por qualquer impedimento que comprometa a sua elegibilidade. O TSE tem o poder de deferir ou indeferir uma candidatura.

Não podem se candidatar, entre outros, os analfabetos e inalistáveis.